

«Para mim é uma honra que alguém como o senhor presidente do Governo Regional da Madeira me elogie»

Até no último Congresso do PSD, Jardim pediu para deixarem a ministra trabalhar. Elogios repetidos na RAM. «Tenho consciência que governar é pensar em primeiro lugar naqueles que mais precisam e mais longe estão», assume Graça Carvalho. «É sempre muito confortante que seja notado», reage.



JARDIM GOSTA DA MINISTRA.

UMa tem orçamento que mais sobe

A ministra do Ensino Superior – hoje abre o ano na Universidade da Madeira – sublinha que o aumento é de 13 por cento

ARTUR CAMPOS



«Um dos projectos em que me empenhei foi o ciclo básico de Medicina na Madeira».

Sérgio Gouveia, em Lisboa
sgouveia@dnoticias.pt

DIÁRIO – Assume algum significado especial a sua presença na abertura do ano lectivo na UMa?

Graça Carvalho – Assume. Para mim é muito importante fechar projectos. E um dos projectos em que me empenhei foi exactamente o ciclo básico de Medicina na Madeira. O facto de ir ao início do ano lectivo, que dá também início àquele ciclo, é muito gratificante. Empenhei-me nisso e tudo está a correr bem. Penso ser muito importante para Portugal e para a Madeira em especial. Vai permitir, por ano, a entrada de mais 35 alunos em Medicina e que fiquem mais médicos na Madeira. Além disso, o Hospital com o ensino universitário tende sempre a ser, cada vez mais, uma unidade de excelência. Significa uma melhoria da qualidade do serviço de saúde prestado à população.

DIÁRIO – Está em condições de garantir que a qualidade do curso será exactamente igual à da Faculdade de Medicina na capital?

G.C. – Claro. Só assim é que se avançou. Os alunos, ao fim do segundo ano, vêm para a Universidade de Lisboa. O ciclo básico na Madeira tem portanto a mesma qualidade. Estamos em condições de garanti-lo.

DIÁRIO – As garantias estendem-se ao nível dos docentes e laboratórios, por exemplo?

G.C. – Estendem-se. Claro que isto exige um esforço de todos. Da parte do Estado com o financiamento. Não só através do contrato-programa, como o financiamento extra que temos feito em equipamento para o ensino à distância – também necessário para a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. É um projecto caro. Também é um esforço grande para a Faculdade, a quem aproveito mais uma vez para agradecer, e ainda para a Universidade da Madeira. Incluo igualmente os médicos e o Hospital. Trata-se de um esforço conjugado de vários actores que se juntaram para conseguir pôr este projecto em prática. Conseguimo-lo num tempo recorde.

DIÁRIO – A Ordem dos Médicos não fez entretanto mais reparos...

G.C. – Penso que a Ordem estava preocupada, como lhe compete, com a qualidade dos profissionais que iriam sair do curso. Assim que se apercebeu das garantias de qualidade não pôs mais nenhuma questão.

DIÁRIO – Tendo em conta o seu empenho anterior, vai acompanhar atentamente este ciclo básico?

G.C. – Vou continuar, com certeza, a acompanhar. É uma área prioritária para nós e que precisa de todo o acompanhamento, financiamento e ajuda para os problemas que também irão surgindo, principalmente nos primeiros anos.

DIÁRIO – Consegue desagregar a parte do contrato-programa com a UMa que só diz respeito à Medicina?

G.C. – O contrato global é de 3,8 milhões de euros. A Medicina representa cerca de 1,4 milhões. Mas o ciclo básico tem tido muitos outros investimentos. Nomeadamente nos equipamentos de apoio da própria Faculdade de Medicina de Lisboa.

DIÁRIO – O orçamento da UMa para 2005 aumenta?

G.C. – Contando com o contrato-programa, é a Universidade cujo orça-



«A Lei da Autonomia do Ensino Superior já está de novo na Assembleia da República e está lá a questão da dupla tutela».

mento mais sobe em todo o País: 13%. Aliás, sobe o máximo permitido no funcionamento, que é 1,2% e depois, através do contrato-programa, se compararmos com 2004, aumenta então 13%. De salientar que a UMa tem mais 2% de alunos. Isso será mérito seu na escolha dos cursos que suspendeu e abriu. Fez uma escolha muito inteligente, estudada e adequada às necessidades da Região e aos interesses dos jovens. Percebe-se que assim tenha conseguido aumentar o número de alunos numa altura em que a demografia está a diminuir e quando há sempre uma grande atracção dos alunos por os pólos de maior dimensão.

DIÁRIO – O reitor tinha chegado à conclusão que a transferência por aluno é inferior à de 2004...

G.C. – Pela fórmula, os alunos subiram 2% e o orçamento só subiu 1,2%. Mas há o contrato-programa a compensar.

DIÁRIO – Pode concretizar cada um dos montantes?

G.C. – 9,8 milhões de euros via fór-

mula de funcionamento e 1,1 milhões via contrato-programa. No total, dá 10,9 milhões de euros.

DIÁRIO – Ainda assim, o reitor diz que há um défice de um milhão...

G.C. – Poderá ter a ver, e é uma das questões que teremos de analisar, com a integração da Escola de Enfermagem. Está publicado o decreto-lei da integração. Agora, na prática, há várias questões, nomeadamente do orçamento e modo de funcionamento que temos de ter em conta. Poderá ser aí que ainda tenhamos de acertar alguma questão.

DIÁRIO – Os investimentos na UMa também sobem?

G.C. – Em relação às infra-estruturas sobe de 230 mil para 600 mil euros. Ou seja, 161%. Também aumenta relativamente aos serviços de acção social. Passa de 133 mil para 200 mil euros. Isto é, sobe 50%.

DIÁRIO – Em pleno Verão, surgiu uma notícia sobre indicadores de qualidade em que a UMa estava na cauda da tabela. É verdade?

G.C. – Não. Isso está mal explicado. Antes do Verão, fizemos contratos-programa, dando prioridade às instituições das ultraperiferias, do interior, mais recentes e pequenas. Foi nesse sentido que o contrato de maior dimensão foi o dos Açores, o da Madeira o segundo e o da Beira-Interior o terceiro. Na fórmula de financiamento utilizámos dois indicadores de qualidade. No da qualificação do pessoal docente não houve polémica nenhuma. O outro indicador, que mede a massa crítica e a qualidade, tem em consideração o número de unidades de investigação, a sua dimensão e classificação, e não está dividido pela dimensão geral da universidade. Significa que as instituições maiores têm um índice superior às universidades mais pequenas. Não significa que as estas sejam piores ou melhores. Foi um estímulo pela massa crítica, excelência e dimensão. Este foi o indicador que permitiu, por exemplo, que a Universidade de Lisboa, que teve uma redução de alunos de 3%, não baixasse o seu orçamento.

DIÁRIO – As mais pequenas não foram penalizadas?

G.C. – Não. Os contratos-programa foram maiores para essas universidades.

DIÁRIO – Jardim aproveitou a situação para lembrar que a dupla tutela ainda não existe...

G.C. – A Lei da Autonomia do Ensino Superior já está de novo na Assembleia da República e está lá a questão da dupla tutela, como estava na proposta anterior.

Viagem grátis

«Vamos oferecer uma viagem de ida e volta, por ano, aos alunos carenciados da Madeira e dos Açores que estejam a estudar no continente, e aos estudantes carenciados do continente que estejam a estudar nas regiões autónomas», adianta a ministra com a pasta do Ensino Superior. A medida, integrada na reforma da acção social para 2005, foi anunciada recentemente nos Açores no âmbito do Conselho Nacional da Acção Social. Por ter apanhado a campanha eleitoral regional, as

notícias cingiram-na aos estudantes açorianos. Graça Carvalho faz questão de esclarecer que a viagem contempla a RAM. «Deve abranger cerca de 360 alunos madeirenses que estão no continente ou nos Açores», estima. Noutra frente, a ministra faz saber que a UMa foi a única universidade que «teve muito poucos candidatos» para os cursos de reconversão de licenciados – «penso que oito». Conclui daí que o respectivo desemprego não assuma as proporções do resto do País.